

LIGEIRAS APRECIÇÕES SOBRE O ENSINO PROFISSIONAL A PARTIR DO OLHAR DA PROFESSORA ANALICE CALDAS

FAVIANNI DA SILVA

Doutorando em Educação Brasileira - Universidade Federal do Ceará (UFC)

URSULA LIMA BRUGGE

Doutorando em Educação Brasileira – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Introdução

Esse texto apresenta elementos que constituem um breve ensaio biográfico, acerca da professora Analice Caldas de Barros, cidadão nascido em Alagoa Nova, Província da Parahyba do Norte, no final do século IX.

A narrativa se detém em alguns aspectos de sua trajetória de vida, procurando explorar os limites e possibilidades que norteavam o debate educacional a sua época, particularmente, quanto ao ensino profissional de onde atuou e manifestou opinião.



Figura 1 – Analice Caldas de Barros
Fonte: Revista Era Nova. 1923

Nesse sentido, a escolha do tema se explica pela possibilidade que os estudos sobre história de vida\biografias de professores têm trazido para a História da Educação Brasileira. Dessa forma, a trajetória de vida da professora Analice Caldas de Barros, personagem da educação, da política e da cultura letrada da Paraíba do início do século XX, insere-se no contexto de retomada da biografia como objeto renovador da história da educação, da mesma forma, nas suas relações com a nova história cultural, possibilitando reconstruir assim, sua vida, suas dificuldades, seu modo de ser, agir e pensar, revelando as representações, os valores e a

própria mentalidade do seu tempo. Afinal, todo o estudo biográfico deve se constituir em uma contribuição para o conhecimento de uma época, ou de fases importantes da vida nacional e seus reflexos no âmbito regional, ou, simplesmente, para conhecer a vida dos homens ou das mulheres comuns, espelhando as aspirações e as angústias da coletividade e individualidades em que estavam inseridos, fazendo-a como a sonhava e sonhando-a como queria fazê-la.

Para os menos avisados, Analice Caldas é apenas o nome de uma Escola municipal no Bairro do Jaguaribe da cidade de João Pessoa ou, da Biblioteca Municipal de Alagoa Nova. Para outros, é lembrada como uma mulher dedicada a nobre tarefa de “educar e instruir”.

Nascida sob o signo de escorpião, em 30 de outubro de 1894, na Antiga vila de Alagoa Nova, Analice Caldas de Barros era filha do Sr. Manoel Paulino Correia de Barros e de Ana Salvina de Caldas Barros, família tradicional de proprietários rurais da região do brejo paraibano. Sua cidade natal situa-se numa região fértil e muito encantadora do estado da Paraíba, localizada na microrregião do brejo paraibano, no planalto da Borborema, há 530 metros de altitude, como lembra o Cônego Francisco Lima: “terra de altiplanos e de horizontes infinitos, terra de pequenas propriedades, das casas de farinhas das grotas verdes e das estradas de alvíssima areia”. (Apud. TAVARES, 1975).

Passou os primeiros anos de sua vida ao lado dos pais e dos irmãos, Lauro, Anatólio e Cléa, no ambiente “bucólico” da propriedade de sua família, vendo e aprendendo o fabrico da rapadura e a destilação da aguardente. Segundo Caldas, desde cedo Analice se destacou no aprendizado das primeiras letras. Seus pendores pelo estudo eram tais que, almejando ir mais longe, não hesitou em por de lado os carinhos paternos e os encantos da vida despreocupada do campo, largando-se em busca de melhores triunfos. (Caldas, 1976, p). Após concluir o primário, mudou para a capital para matricula-ser na Escola Normal Oficial do Estado, em 1909. Seu gran-

de desejo era tornar-se professora. Na capital, passou a morar com a família do tio, o magistrado Caldas Brandão, bacharel em ciências sociais e jurídicas e desembargador do Supremo Tribunal de Justiça da Paraíba.

A convivência com a família do seu tio foi, certamente, marcada por uma educação diferenciada da que tivera ao lado de seus pais, mas, não menos cercada de cuidados. Sua educação era acompanhada por seu tio que lhe acompanhava os passos. Ao convívio dos Caldas, estabeleceram-se entre Analice e o seu primo Diógenes, “outro padrão de honestidade, que todos nós conhecemos e admiramos, laços de tão sincera e velha amizade que somente a morte seria capaz de desfazer” lembra Caldas (1976, p.41). Essa amizade, provavelmente a tenha incentivado a dedicar-se às mesmas atividades intelectuais que seu primo.

[...] Ambos se emulavam na solução, não apenas de problemas domésticos, mas das causas comuns em que se empenharam pela elevação e grandezas da Paraíba que os dois idolatravam e porfiavam por melhor servir e dignificar. (IDEM, 1976, p.41).

Juntos, escreviam para jornais e revistas, chegando até a fundar um jornal em Alagoa Nova.¹ Os laços de amizade, estabelecidos ao lado do primo, perpetuaram até o fim de sua vida. Mesmo tendo Diógenes se estabelecido no Rio de Janeiro, quase todos os anos, Analice impreterivelmente empreendia viagem, onde passava as férias ao lado da família do primo.

A mudança para capital, certamente, marcou profundamente a vida da “menina do interior”, crescendo no ambiente urbano da capital. Pois, ao contrário da pequena Vila de Alagoa Nova, a cidade de Parahyba (atual João Pessoa desde 1930), a partir da primeira década do século XX, já era uma cidade considerada de médio porte

¹ Como consta nos registros de funcionários da Escola de Comercio Epitácio Pessoa, de 10 de maio de 1943.

e começava a respirar os ares da modernidade, com suas praças comerciais, luz elétrica, escolas e prédios suntuosos, muito embora restrita apenas a parte nobre da cidade – a cidade Alta – A cidade crescia, seguindo o ritmo de outras cidades do Nordeste e do resto da nação.

É também a época de uma imprensa diária, da abertura de cursos para moças, da migração das grandes famílias da aristocracia canavieira do campo para a cidade, onde as filhas das classes médias saíam de casa para trabalhar como professoras, enfermeiras, telefonistas e secretárias. Um período em que se fragiliza a dicotomia espaço público e espaço privado, com a possibilidade da interação entre um e outro, o que favorece atuação das mulheres fora do domínio do lar, ao mesmo tempo, que ainda se vivia sob a égide das tradições patriarcalista mais arraigadas e desfavoráveis à presença da mulher na vida pública.



Figura 2 – Foto tirada nas comemorações do centenário da Independência, na Praça Felizardo Leite. Analice Caldas é a 4ª, em pé, da direita para a esquerda. Fonte: Revista Era Nova, edição comemorativa da Independência (1922).

A crescente urbanização das cidades influenciava as mudanças dos costumes da sociedade brasileira. Ao longo das três

primeiras décadas do século passado, essas mudanças no padrão de comportamento feminino incomodaram os mais conservadores, deixando perplexos os desavisados, estimularam-se os debates entre os mais progressistas, afinal de contas era muito recente a presença das moças de “boa família”, que se aventuravam sozinhas pelas ruas da cidade para trabalhar, ou fazer qualquer outra atividade. Era nas cidades, as quais trocavam sua aparência de “moças do interior” por uma atmosfera cosmopolita e metropolitana, que se desenrolavam as mudanças mais visíveis. Contemporânea dessas transformações na sociedade, Analice Caldas conviveu nesse cenário, marcado pela inserção da mulher no espaço urbano, no mercado de trabalho e na vida pública.

Integrando a turma de 1911, do(a)s diplomado(a)s pela Escola Normal Oficial, Analice Caldas dedicou-se, de imediato, ao magistério. Na época, a Escola Normal era uns dos únicos lugares,² onde as moças podiam prosseguir os estudos e ingressar no mercado de trabalho, é claro, para aquelas jovens cujos pais tinham condições de investir em sua educação. Sua primeira função pública foi como professora de primeiras letras, na fazenda experimental de Espírito Santo, onde seu primo Diógenes havia sido nomeado ajudante de inspetor do 3º Distrito do Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola,³ em de 1910. Contudo, não se sabe por quanto tempo ela atuou nessa função ou em que outra escola ensinou.

Em 1923, aos 29 anos de idade e atuando como professora adjunta efetiva da Escola Noturna é aprovada em concurso de âmbito federal, para a cadeira de Português, nível médio, no então Liceu Industrial, antiga Escola de Aprendizes Artífices, criada em

² Assim como o pai, Diógenes Caldas Brandão (1886 – 1972) também se formou Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em Pernambuco, porém, atuou como Agrônomo e Botânico até o fim da vida. Desde cedo, dedicado às letras, foi escritor, jornalista, poeta, faleceu aos 86 anos, a 31 de dezembro de 1972.

³ Fonte: Discurso proferido por Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega em Alagoa Nova, em 30 de janeiro de 1966 e publicado na Revista do IHGP. Vol. 20 – 1974.

1910 pelo Presidente da República Nilo Peçanha. Suas instalações iniciais foram nos fundos da sede do Quartel da Polícia Militar, cedido pelo governo do estado. Só em setembro de 1929, é que se transferiu para prédio próprio, situado à Rua João da Mata, atualmente, sua sede encontra-se na Av. 1º de Maio, no bairro de Jaguaribe. (MEC/SEPS, 1979).

No início, oferecia os cursos de alfaiataria, marcenaria, serralheria, encadernação e sapataria destinadas às camadas populares; com o passar do tempo a clientela e os cursos foram adaptando-se ao contexto sócio-político-econômico-cultural do país e da região, até chegar à estrutura atual. Quando começou a trabalhar em 1923,⁴ a escola ainda se chamava Escola de Aprendizes Artífices. Daí em diante, passou por várias modificações na sua denominação. Com a reforma ministerial de Gustavo Capanema de 1937, mudou para Liceu Industrial da Paraíba, na década de 1940, passou a se chamar Escola Industrial de João Pessoa, Escola da Paraíba, Escola Técnica Federal da Paraíba já na década de 1960, e atualmente Instituto Federal de Educação e Tecnológica da Paraíba – IFPB.

Nessa escola, foi professora do curso primário, juntamente com sua colega Tércia Bonavides Lins, e mais sete outras professoras (ver figura 5), entre elas: Glaura Vilar Guedes, Ana Ribeiro Mendelo, Castorina de Menezes Barros, Anália de Miranda Sá, Neide da Silva Nobre, Maria Eulina Leal de Albuquerque e Augusta Flores Falcão, as quais lecionavam as matérias básicas. Já os homens lecionavam os conteúdos técnicos dos cursos oferecidos no Liceu Industrial.

Segundo Caldas, o ensino profissional foi sua principal vocação enquanto educadora. Tércia Bonavides também capta esse momento de sua carreira. “(...) ali teve início a sua brilhante trajetória no ato de educar e instruir os menos favorecidos da sorte,

⁴ Dentre as modificações suscitadas por essa reforma, destaca-se a criação do Departamento Nacional de Educação, a que passou a pertencer a Divisão do Ensino Industrial, sucessora da extinta Superintendência do Ensino Industrial.

filhos de humildes operários”. E continua, “(...) por mais de vinte anos prestou inestimável serviço à causa da instrução, revelando grande vocação para o magistério e procurando elevar os seus alunos a nível social onde predominasse o amor, a Pátria, a Família e a Escola”. (1976, p.8).



Figura 3 – Fonte. Acervo 145 do Cefet. 1923

Vale salientar que nesse contexto histórico, há em todo país, um movimento nacional em favor da difusão quantitativa do ensino, muito forte entre os anos 1920 e 1930. Essas teorias entraram de maneira incisiva na sociedade brasileira, através de obras de estudiosos tais como, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, influenciando diversos intelectuais: o chamado *entusiasmo pela educação*, caracterizado pelo processo de escolarização nas suas variadas facetas. Segundo Nagle.

Uma das maneiras mais diretas de situar a questão consiste em afirmar que o mais manifesto das transformações sociais mencionadas foi o aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico: de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das

instituições escolares, da disseminação da educação, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinariam sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo) (1976 p. 99/100).

O Brasil estava se modernizando e, para isso, a nação necessitava de um modelo de educação para ajustar e preparar os trabalhadores e a população para esse novo tipo de sociedade, como forma de se adequar ao mundo moderno e civilizado, uma vez que, a grande preocupação nacional à época era justamente o sério problema do enorme contingente de analfabetos, alijados dos meios de produção e das decisões políticas, constituindo, assim, um grave empecilho ao desenvolvimento nacional. Como consequência dessa necessidade, teve-se o aparecimento de amplas discussões e frequentes reformas da escolarização nas três primeiras décadas do século XX.

A primeira Constituição da República, de 1891, havi instituído o sistema federativo de governo e, conseqüentemente, a descentralização do ensino. Em seu Artigo 35, itens 3º. e 4º., reservou à União o direito de criar instituições de ensino superior e secundário nos estados e prover a instrução secundária no Distrito Federal. Aos estados competia prover e legislar sobre a educação primária, além do ensino profissional (que compreendia, na época, as escolas normais de nível médio para moças e as escolas técnicas para rapazes e as escolas profisionalizantes – artifices aprendizes). É interessante notar, nesse momento inicial de afirmação da primeira Constituição Republicana, o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de atenção pública, a partir da difusão da necessidade permanente de aperfeiçoá-los, discipliná-los, ou seja, conformá-los às responsabilidades morais, cívicas e patrióticas. Segundo Machado (2007), no horizonte do liberalismo republica-

no, estava a proposta de reorganização escolar, sob a égide da filosofia <positivista>, na qual, originalmente, constava a Reforma de inspiração de <Benjamim Constant>, cujos princípios orientadores eram a liberdade, a laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária.

De maneira geral, propunham-se o ensino elementar e o profissional para as massas e educação científica para as elites “condutoras” do processo, reivindicando-se multaneamente, uma ampla educação popular. Tais princípios seguiam a orientação do que estava estipulado na Constituição brasileira. Uma das intenções dessa Reforma era transformar o ensino em formador de alunos para os cursos superiores, e não, apenas, preparador. Outra intenção era a de substituir a predominância literária pela científica. Todavia, a ausência de uma estrutura institucional e de apoio político de parte da elite, que via nas idéias do ministro uma ameaça à formação da juventude, impediu sua execução. O insucesso dessa reforma, entretanto, foi apenas um exemplo dos limites e das frustrações da República que acabava de nascer.

Apesar disso, projetava-se um cenário de otimismo educacional de mentalidade liberal. A educação era vista como um projeto de regeneração e progresso, conforme fosse o seu alcance, quer se tratasse dos filhos dos ex-escravos, trabalhadores imigrantes ou das camadas dominantes, com espaços e objetivos distintos, de acordo com a origem social das crianças.

Nesse contexto, o ensino profissional surgia como resposta a falta de trabalhadores qualificados para atender o surto de modernização brasileiro, bem como, preparar e disciplina a crescente massa de despossuídos, inserindo neles o gozo pelo trabalho. Portanto, as Escolas de Aprendizes Artífices tinham como objetivo habilitar, do ponto de vista técnico-instrumental, os filhos das camadas populares – “desvalidos da sorte” – com o intuito de conter os problemas sociais, qualificando-os e, posteriormente, atender ao desenvolvimento industrial intensificado a partir da década

de 1930. A dificuldade de formar esses profissionais esbarrava na precariedade das instalações e funcionamento das primeiras escolas, nos poucos recursos disponíveis e na carência de professores e mestres especializados, entre outros aspectos. Além do mais, os alunos que ingressavam na escola pertenciam às camadas mais humildes da população.

Em artigo transcrito do Jornal “Aprendiz”, onde mantinha regularmente uma coluna (1942 p. 2), Analice Caldas dizia, sob o título de *Ligeiras Apreciações em torno do ensino técnico profissional*:

Passou a era romântica dos clássicos anéis, vasou um pouco a mara – magnum dos cursos literários, cujas emblemas dos doutorais eram conquistados às vezes, a custa de sacrifícios as mais penosos e nunca para atender ao chamado de uma vocação, ou de uma brilhante inteligência.

Mais adiante, acrescenta:

A alfabetização por si só é um erro, a escola pública, a escola do povo tem de preparar o menino para a realidade ambiente, adaptando-o aos novos moldes do trabalho, à disciplina e à compreensão da responsabilidade do operário de hoje, elemento técnico de que mais carece o Brasil”. [...] “A escola de João Pessoa nunca lhe desmereceu a tradição, impôs-se sempre ao meio, fez do minguado orçamento que disponha guardando uma colocação honrosa dentre as vinte instituições desse gênero que mantem a federação.

Com essas palavras fica claro a influência da escola nova em seus discursos. Essas idéias difundiam uma tendência educacional que acentuava, igualmente, o sentido da cultura como desenvolvimento das aptidões individuais. Uma vez compreendido que a educação é um processo interno, não externo, ela devia partir das necessidades e interesses individuais necessários para a adaptação ao meio. A educação é a vida presente, é a parte da própria experiência humana. Assim, a escola renovada propôs um ensino que valorizou a auto-educação (o aluno como sujeito do conhecimento), a expe-

riência direta sobre o meio pela atividade; um ensino centrado no aluno e no grupo.

No entanto, a falta de interesses políticos na difusão e ampliação desse sistema somou-se a indiferença do povo ao ensino profissional. No relatório apresentado ao diretor da divisão de ensino industrial em 1940, Analice Caldas e outros professores escreviam suas queixas das condições de funcionamento da escola. (Relatório impresso pela Tipografia da Escola de Aprendizes Artífices na Paraíba, João Pessoa – 1940, p.59).

Ex. Sr. Diretor (...) Como sabes, está entregue aos meus cuidados a classe inicial ou de analfabetos, a classe D, como foi denominada. Tive no começo do ano uma matrícula de 75 alunos, e vários dentre eles já abandonaram a escola. A indiferença dos pais é a primeira dificuldade com que topamos. Poucos destes nos vêm pedir notícias dos filhos, e, algumas vezes falha até o estratagema de que usamos com os meninos faltosos e vadios, para obrigar seus responsáveis a virem entender-se conosco, a retenção das cadernetas que servem de ingresso diário do aluno (...).

Ainda segundo ela, outro motivo do baixo aproveitamento dos alunos era o estado sanitário, pertencendo os alunos, em sua grande maioria, à classe mais pobre, pois “facilmente adoecem, demorando mais a se restabeler por que também mais lentos são os meios de que dispõem para isso”. Além das moléstias, havia ainda a pobreza de quase todos e a miserabilidade de muitos, como bem lembra; “[...] são bem conhecidos os alunos que se ausentam nas quartas e sábados (dias de feira na cidade) para ganhar algum frete ou vender na feira o produto dos trabalhos de seus pais”, e “[...] outros nos vêm dizer envergonhados que faltaram por que a única roupinha que possuíam tornou-se imprestável e tiveram de esperar que lhe pudessem comprar outra”.

A escola fornecia gratuitamente aos alunos apenas uma merenda, que, ao invés de motivar a frequência na escola, acabava por

afastar aqueles alunos que moravam longe e nada tinham para comer em casa. Sobre esse assunto, comenta Analice (Idem): “A propósito, seria ótimo que além de merenda eles tivessem um almoço, pois devendo permanecer nove horas na escola trabalhando e estudando, essa refeição apenas parece-me insuficiente para crianças que estão em crescimento”, reiterava.

O que se percebe com isso é que, numa sociedade em que havia tanto preconceito sobre a educação profissional, uma vez que a educação brasileira se constituía de caráter elitista e intelectualizante, o projeto educacional estava mais a serviço das classes dominantes do que do conjunto da nação. Nesse sentido, era natural que as Escolas Aprendizes Artífices enfrentassem dificuldades para se impor como instituição que atendessem à necessidade de formação e qualificação profissional. Ao invés de ser considerado como um fator de progresso, como instrumento de construção social e individual do homem e cidadão, era tido como algo vergonhoso, como um castigo dado aos mais pobres e desfavorecidos economicamente.



Figura 3 – Foto dos professores da Escola de Aprendizes Artífices na Paraíba (a frente), e dos funcionários administrativos em 1939 (atras), Analice Caldas é a 5ª (sentada) da esquerda para a direita.

Fonte: Arquivo geral 145, da Escola Técnica Federal da Paraíba.

Nos últimos cinco de sua vida, Analice Caldas passou a lecionar em outras escolas. Deu aulas na Academia de Comércio Epitácio Pessoa, entre os anos de 1940 e 1945, ensinando taquigrafia, além de le-

cionar na escola pública do estado (escola Nortuna). Fora sua atuação como educadora, foi escritora (pega o trecho do dicionário feminino)

Faleceu tragicamente em 15 de fevereiro de 1945, quando voltava de viagem do Rio Janeiro, a bordo do avião, um L-18 Lodestar da companhia aérea NAB. A aeronave caiu em Alagoa Santa (MG). Na época, ainda fazia parte do quadro de professor(as) dessas escolas, deixando um legado de mais trinta anos de experiência como educadora, boa parte desse tempo dedicado ao ensino profissional.



Enfim, a meu ver, me encontro diante de uma mulher com inúmeras outras histórias a serem registradas, cuja complexidade, me permite, pincelar alguns momentos significativos de sua história como educadora. Histórias que remetem às suas práticas culturais que, por sua vez, são compreendidas como representações de uma determinada visão de mundo, marcadas pelo conflito entre o tradicional e o moderno.

Por fim, cabe indagar: qual o legado dessa trajetória? Certamente, uma vida dedicada ao magistério e as letras, contada e decantada por aqueles que criaram a figura da “emérita educadora”, se levado ao pé da letra, o que consigo depreender, é que ela abraçou o magistério como qualquer outro profissional educador de sua época. Sem os exageros de alusão à sua personagem, podemos dizer que Analice Caldas foi uma educadora comprometida, tendo a oportunidade e o mérito de ter lecionado logo após conclusão do pedagógico, até sua aprovação no concurso em âmbito federal para lecionar no Liceu Industrial, consolidando desde cedo sua independência financeira. É verdade também que, diferentemente das demais, além de ensinar, lia e escrevia muito, o que lhe rendeu espaços em impressos, jornais e revistas. Assim, é relendo seus textos que percebemos que tinha o dom da palavra, da oratória e sabia se expressar de forma elegante através da palavra escrita.

Referências Bibliográficas

- CHARTIER, Roger (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Traduções por Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel.
- LEVI, Giovanni (2006). Usos da biografia. In: FERREIRA, M. de M; AMADO, J. (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Gétúlio Vargas.
- LINS, Tércia Bonavides (1976). *Perfil de Analice Caldas*. Plaquete. João Pessoa-PB
- MACHADO, Charliton José dos Santos. História da Educação Brasileira. In: Trilhas Aprendente V. II. Universitária. João Pessoa – PB, 2007.
- JOFFILY, José (1979). *Revolta e Revolução: Cinquenta Anos Depois*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TAVARES, Eurivaldo. Caldas (1975). *Duas Vidas a Serviço da Paraíba*. Diógenes e Analice Caldas. João Pessoa-PB. A União Cia Editora.
- SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e M (2001). *Mulher e fronteira na historiografia paraibana – 1940/1964*. João Pessoa-PB. Editora Universitária/UFPPB.
- SANTOS, Laurita Caldas dos (1991). Álbum de Analice Caldas. João Pessoa – PB. INSTITUTO DE GENEALOGIA E HERÁLDICA.
- _____, Laurita Caldas dos (1991). *Boletim de notícias: centenário de Analice Caldas – PB*. INSTITUTO DE GENEALOGIA E HERÁLDICA.

Jornais e Periódicos

- JORNAL A UNIÃO. João Pessoa. Jan. de 1930 a dez. de 1945.
- RELATÓRIO Impresso pela Tipografia da Escola de Aprendizes ARTÍFICES NA PARAÍBA, João Pessoa – 1940.